

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

CONTRATANTE (UASG) 102148 FCFRP – USP

OBJETO

Aquisição de reagentes, produtos químicos e meios de cultura.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 29.175,94 (vinte e nove mil cento e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 01/07/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

09h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo e por itens

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM – para os itens 1 a 29, 31 a 41 e 44. (ME/EPP/EQUIPARADAS)

NÃO para os itens 30, 42 e 43 (ampla concorrência)

<https://portalservicos.usp.br/contratacoes>

www.gov.br/compras



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	11
6. DA FASE DE JULGAMENTO	15
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	17
8. DOS RECURSOS	20
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	21
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	24



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

Processo SEI nº 154.00007596/2026-81

Torna-se público que a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por meio da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de reagentes, produtos químicos e meios de cultura conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e o anexo I - Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será dividida em **GRUPOS** e **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos GRUPOS e ITENS forem de seu interesse.
- 1.3. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** por grupo (quando os itens forem agrupados) e por itens (não inseridos em grupos específicos).
- 1.4. Quanto aos **GRUPOS**; não será aceita proposta parcial que não contemple todos os itens e quantidades previstas em cada grupo.
- 1.5. Os valores propostos para cada item de qualquer grupo em específico em que o licitante estiver participando, em seus lances, deve **obrigatoriamente** considerar o valor máximo do item descrito no referencial, ou seja, o valor de cada item do grupo deve respeitar o valor de referência de forma individualizada e não exceder o valor referencial determinado para cada item.
- 1.6.

ATENÇÃO

O valor de **cada item** do GRUPO não PODE EXCEDER o valor de **referência individual**;

E, conseqüentemente, o **Valor Total do GRUPO** seja igual ou inferior ao somatório dos valores referenciais de cada item.

Não será permitido e aceito extrapolar o valor referencial de um item no grupo em compensação e detrimento de preço de outro item do mesmo grupo como forma a compensar.

Todos os valores de referência devem ser respeitados.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na [Instrução Normativa nº 03/2018](#), mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. A participação nessa **licitação** é exclusiva para **microempresas e empresas de pequeno porte para os itens 1 a 29, 31 a 41 e 44**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.6. A participação nessa **licitação é para ampla concorrência para os itens 30, 42 e 43**.
- 2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.9. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

- 2.9.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
 - 2.9.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
 - 2.9.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
 - 2.9.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
 - 2.9.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
 - 2.9.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - 2.9.8. agente público do órgão ou entidade licitante.
 - 2.9.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
 - 2.9.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.10. Será permitida a participação de:
- 2.10.1. Cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.10.1.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

2.10.2. Pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10.2.1. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na presente licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021.

- 2.11. O impedimento de que trata o subitem 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.
- 2.15. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).
- 3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
- 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

- 3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.113.10 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 3.15. O licitante deverá comprovar e possuir todas as licenças, autorizações, registros e certificados exigidos pelos órgãos competentes para fabricação, armazenamento, comercialização, transporte e distribuição do produto ofertado mediante documentação a ser apresentada na proposta via chat , devendo ser anexado pelo licitante durante o tempo previsto pelo processo/sistema licitatório.
- 3.16. Para aqueles itens que são controlados pela Polícia Federal, que manuseie, comercializa, transporta, armazena, forneça ou utilize algum dos produtos controlados - será necessário apresentar o Certificado de Licença de Funcionamento, atualizado e vigente, emitido pelo Departamento de Polícia Federal, na forma da Lei nº 10.357, de 27/12/2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.262 de 10/06/2002, conforme as listas constantes na Portaria MJ nº 1.274, de 25/08/2003.
- 3.17. Para os itens que são controlados pela Polícia Civil - que manuseie, comercializa, transporta, armazena, forneça ou utilize algum dos produtos controlados - será necessário apresentar a Licença de Funcionamento emitida pela Polícia Civil (Alvará e certificado de vistoria – Polícia Civil) em que conste especificamente o(s) produto(s) oferecido(s) pelo licitante com data vigente nas quantidades devidamente descritas iguais ou acima das solicitadas neste edital para o referido produto.
- 3.18. Para os itens que são controlados pelo Exército que manuseie, comercializa, transporta, armazena, forneça ou utilize algum dos produtos controlados - será necessário apresentar o Certificado de Registro e Apostila do Exército do fornecedor do material, atualizado e vigente, emitidos na forma do Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000 (R105).
- 3.19. Caso haja produtos sujeitos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), nos termos da Lei n.º 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto n.º 8077/2013 o fornecedor deve possuir os documentos específicos de acordo com a classe de produtos.
- 3.20. A empresa responsável pelo transporte / entrega (do próprio fornecedor e ou contratado para o transporte / entrega) deverá possuir todas as licenças, registros e autorizações exigidas pelos órgãos fiscalizadores competentes para o transporte de produtos químicos controlados objeto deste pregão.
- 3.21. Os produtos controlados estão devidamente descritos no Anexo I – Termo de referência - deste edital que exigem licenças, autorizações, registros e certificados a saber:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

Polícia Federal
ACETONA
ÁCIDO SULFÚRICO
CLORETO DE AMÔNIO
CLOROFÓRMIO
ÉTER ETÍLICO
HIDRÓXIDO DE AMÔNIO
Polícia CIVIL
BICARBONATO DE SÓDIO
HIDRÓXIDO DE SÓDIO
HEXANO HPLC / P.A
ACETONITRILA
ÁLCOOL METÍLICO - METANOL
Exército
ÁCIDO NÍTRICO
Polícias Civil e Federal
ACETATO DE ETILA HPLC / PA
ÁCIDO ACÉTICO GLACIAL
ÁCIDO CLORÍDRICO
ÁCIDO FÓRMICO
Polícia Civil e Exército
NITRATO DE POTÁSSIO

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 4.1.1. Valor unitário e total do item
 - 4.1.2. Marca e modelo (obrigatório)
 - 4.1.3. Fabricante, quando aplicável.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item (bem).
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será dado conforme a tabela abaixo:

REDUÇÃO MÍNIMA ENTRE OS LANCES	
Item	Valor
1	R\$ 0,01
2	R\$ 0,01
3	R\$ 0,01
4	R\$ 0,01
5	R\$ 4,00
6	R\$ 2,00
7	R\$ 2,00
8	R\$ 1,00
9	R\$ 0,50
10	R\$ 0,40
11	R\$ 0,20
12	R\$ 2,00
13	R\$ 0,50



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

REDUÇÃO MÍNIMA ENTRE OS LANCES	
Item	Valor
14	R\$ 0,10
15	R\$ 1,00
16	R\$ 5,00
17	R\$ 0,40
18	R\$ 0,80
19	R\$ 2,00
20	R\$ 6,00
21	R\$ 0,50
22	R\$ 8,00
23	R\$ 0,80
24	R\$ 0,40
25	R\$ 0,20
26	R\$ 0,30
27	R\$ 0,30
28	R\$ 0,80
29	R\$ 0,70
30	R\$ 0,90
31	R\$ 0,10
32	R\$ 0,50
33	R\$ 1,00
34	R\$ 1,00
35	R\$ 0,30
36	R\$ 0,20
37	R\$ 0,20
38	R\$ 0,70
39	R\$ 0,30
40	R\$ 0,20
41	R\$ 1,50
42	R\$ 0,80
43	R\$ 2,00
44	R\$ 1,00



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
 - 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
 - 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
 - 5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
 - 5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
 - 5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
 - 5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
 - 5.19.2.2. empresas brasileiras.
 - 5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
 - 5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

- 5.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes, para um mesmo item, em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.
- 5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.20.4. O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas, envie a proposta** adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **acompanhada de folder descritivo ilustrativo, manual ou catálogo e**, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, observando, inclusive, as disposições do item 6.10 do edital.
- 5.20.6. Poderá ser feito diligências, questionamentos por mensagens pelo sistema de anexos, ou pelo chat, ao licitante para sanar dúvidas da área demandante, pelo pregoeiro, pelos fiscais técnicos, administrativos e gestores da compra de quaisquer dúvidas quanto ao material ofertado (**folder descritivo ilustrativo, manual ou catálogo**) e ou sobre a proposta final enviado pelo licitante.
- 5.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF.
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

- 6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).
- 6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- 6.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 6.2. A consulta ao cadastro especificado no subitem 6.1.4 será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
 - 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
 - 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
 - 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.5 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Será desclassificada a melhor proposta que:
 - 6.7.1. conter vícios insanáveis.
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
 - 6.7.3. não indicar marca/modelo
 - 6.7.4. não encaminhar os documentos exigidos, o folder descritivo ilustrativo, manual ou catálogo pelo prazo definido em edital.
 - 6.7.5. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
 - 6.7.6. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
 - 6.7.7. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

- 6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital e no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 7.5.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico ([§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).
- 7.5.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ([§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

- 7.11.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.11.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.11.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
 - 7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

- 7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.
- 7.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.
- 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portalservicos.usp.br/contratacoes> ou mediante solicitação formal via e-mail: compras@fcfrp.usp.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), em especial:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar **folder descritivo ilustrativo, manual ou catálogo**.
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- 9.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 9.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:
 - 9.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
 - 9.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.
 - 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e
 - 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
 - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea “b” – [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa ([art. 156, §7º](#)).
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ([art. 156, §9º](#)).

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: e-mail; compras@fcfrp.usp.br.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

11.10.O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://portalservicos.usp.br/contratacoes>.

11.11.Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

11.12.Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.12.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 11.12.2. ANEXO II – Proposta Comercial
- 11.12.3. ANEXO III – Orientações sobre a retenção de imposto de renda
- 11.12.4. ANEXO IV – Regras para emissão de nota fiscal e entrega de bens
- 11.12.5. ANEXO V – Termo de Ciência e Notificação

Ribeirão Preto 11 de junho de 2026.

Sérgio de Albuquerque

AUTORIDADE COMPETENTE



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP / USP

ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

LICITAÇÃO

Pregão – Lei nº 14.133/21
Fornecimento

FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS DE RIBEIRÃO PRETO

Processo Sistema Eletrônico de Informação (SEI) nº 154.00007596/2026-81

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de reagentes, produtos químicos e meios de cultura nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

GRUPO 1

GRUPO 1	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 1	ESSENCIA P/PERFUME ESSÊNCIA AROMÁTICA ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, ARTIFICIAL PLANTA ORIGINÁRIA: FRUTAL GOURMAND ODOR: CEREJA C/ AVELÃ	457582	FRASCO 100 GRAMAS	1	R\$ 28,09	R\$ 28,09



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 1

GRUPO 1	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 2	ESSENCIA P/PERFUME ESSÊNCIA AROMÁTICA ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO ORIGEM VEGETAL PLANTA ORIGINÁRIA: PIMPINELLA ANISUM L. ODOR: ERVA-DOCE	367771	FRASCO 100 GRAMAS	1	R\$ 27,03	R\$ 27,03

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 1

GRUPO 1	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 3	ESSENCIA P/PERFUME ESSÊNCIA AROMÁTICA ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO OLEOSO ORIGEM SINTÉTICA PLANTA ORIGINÁRIA: CITRUS AURANTIUM L., ODOR: FLOR DE LARANJEIRA	460247	FRASCO 100 GRAMAS	1	R\$ 25,17	R\$ 25,17

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 1

GRUPO 1	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 4	ESSENCIA P/PERFUME ESSÊNCIA AROMÁTICA ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO AMARELADO, ORIGEM VEGETAL PLANTA ORIGINÁRIA: PASSIFLORA EDULIS ODOR: MARACUJÁ	422629	FRASCO 100 GRAMAS	1	R\$ 32,71	R\$ 32,71

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 2

GRUPO 2	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 5	CALDO MUELLER HINTON BROTH MEIO PARA USO EM ANTIBIOGRAMA MEIO DE CULTURA MICROBIOLÓGICO APRESENTAÇÃO PÓ	326883	FRASCOS DE 500 GRAMAS	2	R\$ 935,82	R\$ 1.871,64

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 2

GRUPO 2	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 6	AGAR TRIPTICASEINA DE SOJA MEIO DE CULTURA MICROBIOLÓGICO TIPO TRYPTIC SOY AGAR APRESENTAÇÃO PÓ	375655	FRASCOS DE 500 GRAMAS	2	R\$ 581,25	R\$ 1.162,50

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 2

GRUPO 2	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 7	AGAR SABOURAUD DEXTROSADO MEIO DE CULTURA MICROBIOLÓGICO TIPO SABOURAUD DEXTROSE 2% AGAR APRESENTAÇÃO: PÓ	326298	FRASCOS DE 500 GRAMAS	2	R\$ 526,44	R\$ 1.052,88

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 2

GRUPO 2	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 8	MEIO DE CULTURA - RPMI 1640 MEIO DE CULTURA PARA CÉLULAS E TECIDOS APRESENTAÇÃO EM PÓ COM L-GLUTAMINA SEM BICARBONATO DE SÓDIO COM INDICADOR VERMELHO DE FENO	417205	CAIXA CONTENDO 10 ENVELOPES CADA UM PARA RECONSTITUIÇÃO DE 1L	2	R\$ 348,67	R\$ 697,34

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 3

GRUPO 3	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 9	ALCOOL ETILICO CATEGORIA ABSOLUTO (ETANOL) ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO FÓRMULA QUÍMICA: C2H5OH PESO MOLECULAR: 46,07 G/MOL PUREZA 99,9% ABSOLUTO REAGENTE ACS CAS 64-17-5	445457	FRASCOS DE 1 LITRO	8	R\$ 111,17	R\$ 889,36

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 3

GRUPO 3	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 10	ALCOOL SEC-BUTILICO TERCIÁRIO ALCOOL SEC-BUTILICO (2-BUTANOL) CAS: 78-92-2 GRAU PURISSIMO FORMULA MOLECULAR: C4H10O ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ROTULO EM PORTUGUES COM NUMERO DE LOTE E DATA DE FABRICACAO/ VALIDADE	629355	FRASCOS DE 250 ML	4	R\$ 94,55	R\$ 378,20

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 4

GRUPO 4	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 11	ACETATO DE SODIO ANIDRO PARA ANALISE. CAS: 127-09-3 FORMULA MOLECULAR: C2H3NAO2 ACONDICIONADO EM FRASCO APROPRIADO E REFORCADO PARA O PRODUTO ROTULO COM NR DE LOTE; DATA DE FABRICACAO; VALIDADE; FORMULA E PROCEDENCIA	380436	FRASCOS DE 250 GRAMAS	2	R\$ 57,84	R\$ 115,68

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 4

GRUPO 4	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 12	ACETATO DE CHUMBO TETRAHIDRATADO ASPECTO FÍSICO: CRISTAL BRANCO FÓRMULA QUÍMICA: $Pb(CH_3COO)_2 \cdot 3H_2O$ PESO MOLECULAR: 379,33 G/MOL PUREZA MÍNIMA 99% REAGENTE P.A./ACS CAS 6080-56-4	347136	FRASCO DE 500 GRAMAS	1	R\$ 553,95	R\$ 553,95

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 4

GRUPO 4	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 13	CARBONATO DE SODIO ANIDRO PARA ANALISE PADRAO ACS ASPECTO FÍSICO: PÓ OU CRISTAIS BRANCOS, HIGROSCÓPICOS, INODOROS, FÓRMULA QUÍMICA: Na_2CO_3 ANIDRO PESO MOLECULAR: 105,99G/MOL PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, REAGENTE P.A./ ACS QUÍMICA: CAS 497-19-8	347959	FRASCOS DE 1 KG	6	R\$ 195,39	R\$ 1.172,34

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 4

GRUPO 4	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 14	CLORETO DE CALCIO ANIDRO FORMULA (CaCl2) TEOR: PUREZA MAIOR OU IGUAL A 93% ACONDICIONADO EM FRASCO APROPRIADO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ROTULO COM NR. DE LOTE; DATA DE FABRICACAO/VALIDADE; FORMULAE PROCEDENCIA	436513	FRASCOS DE 500 GRAMAS	2	R\$ 35,07	R\$ 70,14

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 4

GRUPO 4	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 15	COBRE EM PO COBRE METÁLICO ASPECTO FÍSICO: PÓ AVERMELHADO INODORO FÓRMULA QUÍMICA: CU PESO MOLECULAR: 63,54 G/MOL PUREZA MÍNIMA 99% CAS 7440-50-8	438785	FRASCO DE 100 GRAMAS	1	R\$ 204,27	R\$ 204,27

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 4

GRUPO 4	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 16	NITRATO DE PRATA P.A. ASPECTO FÍSICO: CRISTAL INCOLOR, TRANSPARENTE, INODORO FÓRMULA QUÍMICA: AGNO3 PESO MOLECULAR: 169,87 G/MOL TEOR DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,5% CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P.A CAS 7761-88-8	353060	FRASCO DE 25 GRAMAS	1	R\$ 1.016,82	R\$ 1,016,82

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 4

GRUPO 4	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 17	PEROXIDO DE HIDROGENIO SOLUCAO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR, INSTÁVEL, CORROSIVO COMPOSIÇÃO BÁSICA: H2O2, PESO MOLECULAR: 34,01G/MOL, TEOR DE 35%, P.A., CAS 7722-84-1	412697	FRASCOS DE 1 LITRO	2	R\$ 88,72	R\$ 177,44

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 5

GRUPO 5	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 18	ANILINA PA FORMULA MOLECULAR: C6H5NH2 ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA; QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ROTULO CONTENDO NUMERO DE LOTE; DATA DE FABRICACAO/DATA DE VALIDADE/PRAZO DE VALIDADE; PROCEDENCIA VALIDADE: CONFORME LEGISLACAO VIGENTE	432921	FRASCO DE 1 LITRO	1	R\$ 165,39	R\$ 165,39

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 5

GRUPO 5	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 19	AZUL DE BROMOTIMOL REAGENTE ASPECTO FÍSICO: PÓ FÓRMULA QUÍMICA: C27H27BR2NAO5S PESO MOLECULAR: 624,40 G/MOL REAGENTE ACS CAS 76-59-5	611725	FRASCO DE 25 GRAMAS	1	R\$ 413,41	R\$ 413,41

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 5

GRUPO 5	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 20	GLICOSE OXIDASE (GOX ENZIMA) REAGENTE GLICOSE OXIDASE DE ASPERGILLUS NIGER ASPECTO FÍSICO: PÓ LIOFILIZADO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIPO VII CONCENTRAÇÃO: 10.000 U	361514	FRASCO mínimo de 10KU	1	R\$ 1.275,23	R\$ 1.275,23

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 5

GRUPO 5	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 21	<p>POLISSORBATO 80 (GRAU FARMACEUTICO)</p> <p>POLÍMERO TIPO: COPOLÍMERO DE ÓXIDO DE ETILENO (POLIOXIETILENO 20)</p> <p>COMPOSIÇÃO: POLISSORBATO 80 (MONO-OLEATO DE SORBITANA POE)</p> <p>FORMA FÍSICA: LÍQUIDO OLEOSO, AMARELADO A ÂMBAR</p> <p>FÓRMULA QUÍMICA: C64H124O26,</p> <p>MASSA MOLAR: 1.310G/MOL</p> <p>TEOR DE PUREZA: TEOR MÍNIMO DE 58% DE</p> <p>ÁCIDO OLEICO</p> <p>CAS: 9005-65-6</p>	415514	LITRO	1	R\$ 112,68	R\$ 112,68

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 5

GRUPO 5	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 22	SILICA GEL COM INDICADOR DE FLUORESCENCIA F254 E GESSO SÍLICA GEL PARA FIXAÇÃO EM PLACAS CROMATOGRÁFICAS COMPOSIÇÃO: SIO2 COR: BRANCA ASPECTO FÍSICO: PÓ USO: CROMATOGRAFIA CAMADA FINA- EM PLACAS CROMATOGRÁFICAS SILICA-GEL 60 COM INDICADOR DE FLUORESCÊNCIA F254 E GESSO, POROS DE 60 ANGSTRONS E PARTÍCULAS ENTRE 70-230MESH CAS:112926-00-8	432761	FRASCO DE 2,5 kg	1	R\$ 1.752,6120	R\$ 4.381,53

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

GRUPO 5

GRUPO 5	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 23	TWEEN 20 (POLISSORBATO 20) COPOLÍMERO DE ÓXIDO DE ETILENO (POLIOXIETILENO) COMPOSIÇÃO: POLISSORBATO 20 (MONOLAURATO DE SORBITANO POE) FORMA FÍSICA: LÍQUIDO OLEOSO, AMARELADO A CASTANHO FÓRMULA QUÍMICA: C58H114O26 MASSA MOLAR: 1128G/MOL TEOR DE PUREZA: TEOR DE 40 A 60% DE ÁCIDO LÁURICO CAS 9005-64-5	409859	FRASCOS DE 1 LITRO	3	R\$ 163,82	R\$ 491,46

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
24	ACETATO DE ETILA, GRAU P.A ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR, LÍMPIDO, INFLAMÁVEL PUREZA MÍNIMA: PUREZA MÍNIMA DE 99,5% COMPOSIÇÃO QUÍMICA: CH ₃ CO ₂ C ₂ H ₅ PESO MOLECULAR: 88,11 G/MOL CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE ACS CAS 141-78-6	410343	FRASCO DE 1 LITRO	1	R\$ 97,05	R\$ 97,05

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA CIVIL

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA FEDERAL

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
25	ACETATO DE ETILA PARA HPLC OMNISOLV FLUORESCENCIA FRASCO COM 1 LITRO EM EMBALAGEM ORIGINAL ROTULAGEM: CONTENDO N. DE ROTULO, DATA DE VALIDADE E FABRICACAO DADOS DE IDENTIFICACAO	410343	FRASCOS DE 1 LITRO	8	R\$ 56,60	R\$ 452,80

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA CIVIL

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA FEDERAL

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
26	ACETONA P.A ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE FÓRMULA QUÍMICA: C3H6O MASSA MOLECULAR: 58,08 G/MOL PUREZA MÍNIMA DE 99,5% CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE ACS CAS 67-64-1	380786	FRASCOS DE 1 LITRO	6	R\$ 76,99	R\$ 461,94

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA FEDERAL

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
27	ACIDO CLORIDRICO P.A ACONDICIONADO EM ACONDICIONADO EM FRASCO APROPRIADO E REFORCADO PARA O PRODUTO ROTULO COM NR DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE, FORMULA E PROCEDENCIA LIQUIDO INCOLOR FUMEGANTE, COM ODOR FUNGENTE, FUMEGAÇÃO REAGENTE ACS	441630	FRASCO DE 1 LITRO	1	R\$ 59,92	R\$ 59,92

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA CIVIL

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA FEDERAL

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
28	ACIDO CLORIDRICO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR/AMARELADO FUMEGANTE PESO MOLECULAR: 36,46 G/MOL FÓRMULA QUÍMICA: HCL TEOR: TEOR MÍNIMO DE 36,5% CAS 7647-01-0	427771	FRASCOS DE 1 LITRO	7	R\$ 165,34	R\$ 1.157,38

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA CIVIL

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA FEDERAL

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
29	ACIDO NITRICO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR À AMARELADO, ODOR SUFOCANTE FÓRMULA QUÍMICA: HNO3 PESO MOLECULAR: 63,01 G/MOL GRAU DE PUREZA: TEOR MÍNIMO DE 65% REAGENTE P.A. CAS 7697-37-2	356173	FRASCOS DE 1 LITRO	2	R\$ 139,14	R\$ 278,28

PRODUTO CONTROLADO PELO EXÉRCITO

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
30	ACIDO SULFURICO ÁCIDO SULFÚRICO 95-97% P.A CAS NUMBER: 7664-93-9.	632084	FRASCOS DE 1 LITRO	10	R\$ 182,93	R\$ 1.829,30

EXCLUSIVIDADE DE MARCA: [MERCK](#)
PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA FEDERAL

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
31	BICARBONATO DE SODIO P.A ACONDICIONADO EM FRASCO EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO,DE ACORDO COM AS NORMAS ACS/NCCLS ROTULO COM NR.DE LOTE/DATA DE FABRICACAO/VALIDADE/CERTIFICADO DE ANALISE	412637	FRASCOS DE 500 GRAMAS	2	R\$ 35,14	R\$ 70,28

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA CIVIL

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
32	CLORETO DE AMONIO PA ACS ASPECTO FÍSICO: PÓ BRANCO, CRISTALINO, INODORO PESO MOLECULAR: 53,49 G/MOL FÓRMULA QUÍMICA: NH4CL PUREZA MÍNIMA DE 99,5% REAGENTE P.A. CAS 12125-02-9	352801	FRASCO DE 500 GRAMAS	1	R\$ 101,04	R\$ 101,04

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA FEDERAL

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
33	<p>CLOROFORMIO HPLC</p> <p>ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO CLARO, INCOLOR, ODOR FORTE</p> <p>CARACTERÍSTICO, MASSA MOLECULAR:</p> <p>FÓRMULA QUÍMICA: CHCL3,</p> <p>GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,8%, GRAU HPLC</p> <p>CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTABILIZADO C/ ETANOL</p> <p>MASSA MOLAR: 119,38 g/mol</p> <p>CAS 67-66-3</p>	348806	FRASCO DE 1 LITRO	1	R\$ 217,47	R\$ 217,47

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA FEDERAL

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
34	ETER ETILICO GRAU P.A ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO PUREZA MÍNIMA: PUREZA MÍNIMA DE 99% PESO MOLECULAR: 74,12 G/MOL REAGENTE ACS CAS 60-29-7	456251	FRASCOS DE 1 LITRO	2	R\$ 252,56	R\$ 505,12

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA FEDERAL

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
35	HIDROXIDO DE AMONIO P.A. HIDRÓXIDO DE AMÔNIO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, VOLÁTIL DE ODOR ACRE PESO MOLECULAR: 35,05 G/MOL FÓRMULA QUÍMICA: NH4OH PUREZA: DE NH3 ENTRE 28 E 30% REAGENTE P.A. CAS 1336-21-6	347756	FRASCO DE 1 LITRO	1	R\$ 77,60	R\$ 77,60

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA FEDERAL

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
36	HIDROXIDO DE SODIO MICROPEROLAS PA CAS: 1310-73-2 FORMULA MOLECULAR: NAOH PUREZA: PUREZA MINIMA: 97% ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA QUE GARANTAA INTEGRIDADE DO PRODUTO ROTULO COM NUMERO DE LOTE E DATA DE FABRICACAO/VALIDADE ASPECTO: SOLIDO BRANCO	445526	KG	2	R\$ 54,54	R\$ 109,08

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA CIVIL

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
37	N-HEXANO REAGENTE PARA HPLC ASPECTO FISICO LIQUIDO TRANSPARENTE; COMPOSICAO QUIMICA C6H14 (NHEXANO) FORMA DE APRESENTACAO: TEOR DE ACONDICIONADO EM FRASCO, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO ROTULO COM NUMERO DE LOTE; DATA DE FABRICACAO/VALIDADE/C.A.	484030	FRASCOS DE 1 LITRO	4	R\$ 52,05	R\$ 208,20

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA CÍVIL

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
38	HEXANO PA FORMULA MOLECULAR: C6H14 PESO MOLECULAR: 86.18 G/MOL PUREZA MINIMA: 99% ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA; ROTULO CONTENDO NUMERO DE LOTE; ACOMPANHADO DE LAUDO DE ANALISE E FICHA DE SEGURANCA CAS 110-54-3	354574	FRASCOS 1 LITRO	5	R\$ 156,97	R\$ 784,85

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
39	ACIDO FORMICO PARA ANALISE PADRAO LÍQUIDO INCOLOR ODOR PENETRANTE COMPOSIÇÃO HCOOH PUREZA MÍNIMA 85% REAGENTE P.A. CAS 64-18-6	352021	FRASCO DE 1 LITRO	3	R\$ 73,34	R\$ 220,02

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA CÍVIL
PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA FEDERAL

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
40	ACIDO ACETICO GLACIAL P.A ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO INCOLOR PUREZA MÍNIMA ≈99% REAGENTE P.A. CAS 64-19-7	484213	FRASCOS DE 1 LITRO	6	R\$ 53,46	R\$ 320,76

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA CÍVIL
PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA FEDERAL

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
41	TIOACETAMIDA PA CRISTAL INCOLOR ESBRANQUIÇADO FÓRMULA QUÍMICA: C ₂ H ₅ NS. PESO MOLECULAR: 75,13 G/MOL GRAU PUREZA: PUREZA MÍNIMA 99%	412690	FRASCO DE 100 GRAMAS	1	R\$ 387,70	R\$ 387,70

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
42	ALCOOL METILICO (METANOL) LIQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR ODOR CARACTERÍSTICO, PUREZA MÍNIMA DE 99,9% GRAU HPLC. FÓRMULA QUÍMICA: CH ₃ OH MASSA MOLECULAR: 32,04 G/MOL CAS 67-56-1	425423	FRASCOS DE 4 LITROS	13	R\$ 176,67	R\$ 2.296,71

EXCLUSIVIDADE DE MARCA: [Merck ou JT Baker](#)

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA CÍVIL

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
43	ACETONITRILA GRAU HPLC LIQUIDO INCOLOR, LÍMPIDO ODOR DE ÉTER GRAU DE PUREZA MÍNIMA 99,9% CAS 75-05-8	347148	FRASCOS DE 4 LITROS	7	R\$ 400,06	R\$ 2. 800,42

EXCLUSIVIDADE DE MARCA: [Merck ou JT Baker](#)

PRODUTO CONTROLADO POLÍCIA CÍVIL

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
44	NITRATO DE POTASSIO GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99%, P.A . PADRAO ACS CAS: 7757-79-1 FORMULA MOLECULAR: KNO3 ASPECTO FÍSICO: CRISTAL BRANCO, INODORO ACONDICIONADO EM MATERIAL APROPRIADO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ROTULO EM PORTUGUES COM NOME DO PRODUTO, NUMERO DE LOTE E DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	382302	FRASCOS DE 1 KG	2	R\$ 212,38	R\$ 424,76

CONTROLADO POLÍCIA CIVIL
CONTROLADO EXÉRCITO

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Notificação de Fornecimento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Nos termos do artigo 41, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, a indicação de marca para os itens abaixo decorre de necessidade técnica devidamente justificada pela área requisitante, considerando a compatibilidade com metodologias analíticas já validadas, a reprodutibilidade dos resultados experimentais, a continuidade das pesquisas em andamento e a padronização dos procedimentos laboratoriais adotados pela unidade.
- 1.7. As justificativas com a - Indicação de Marca - estão devidamente inseridas no processo SEI 15400007596/2026-81.
- 1.8. Assim, serão aceitos exclusivamente os seguintes produtos;
 - 1.8.1 Ácido Sulfúrico - item 30 do termo de referência – **Marca Merck**
 - 1.8.2 Álcool Metílico (Metanol) - item 42 do termo de referência – **Marcas Merck ou JT Baker**
 - 1.8.3 Acetonitrila - item 43 do termo de referência – **Marcas Merck ou JT Baker**

Subcontratação

- 1.9. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

DEMANDAS – 22730, 69036, 74480, 76555, 82814, 83292, 89762/2026.

I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000059/2026

II. Data de publicação no PNCP: 27/06/2025

III. **Id do item no PCA: 43, 45, 47.**

IV. Classe/Grupo: 6810 - PRODUTOS QUÍMICOS, 6810 - PRODUTOS QUÍMICOS

V. Identificador da Futura Contratação: 102148-128/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

- 4.1. Devem ser atendidos os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto.
- 4.2. Priorizar materiais reciclados ou recicláveis na fabricação.
- 4.3. O produto deve ser projetado para longa vida útil, com peças facilmente substituíveis.
- 4.4. O fornecedor deve oferecer programa de logística reversa para recolhimento e destinação adequada do produto ao final de sua vida útil.
- 4.5. Preferência por produtos com certificações ambientais reconhecidas, como ISO 14001 ou selos de sustentabilidade.

Catálogo ou Manual

- 4.6. Encerrada a fase de lances e após a classificação da proposta mais bem colocada, poderá ser solicitado ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente no prazo indicado no sistema compras gov, catálogo, ficha técnica e ou manual do produto ofertado, por meio do sistema eletrônico ou outro meio formal indicado pela Administração, com o objetivo de verificar a conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

4.7. O manual e/ou catálogo deverá conter, no mínimo, a identificação da marca e modelo do produto ofertado, as especificações técnicas compatíveis com o objeto e imagens ou ilustrações do item a ser fornecido.

4.8. A análise será realizada pela área técnica, com base exclusivamente nos critérios objetivos definidos no Termo de Referência, sendo vedada avaliação subjetiva.

4.9. O não atendimento da solicitação no prazo estabelecido, bem como a apresentação de documentação em desconformidade com as exigências, implicará a desclassificação da proposta.

4.10. Poderão ser realizadas diligências para esclarecimento ou complementação das informações.

4.11. Uma vez aprovado o produto ofertado, o licitante ficará vinculado ao fornecimento do item nas exatas condições apresentadas, sendo vedada a substituição de marca ou modelo, salvo mediante justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Garantia de contratação

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data do recebimento da Notificação de Fornecimento, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **03 (três) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

**Almoxarifado/Patrimônio – Sala 83 do Bloco L da Faculdade de Ciências
Farmacêuticas de Ribeirão Preto – USP**



5.4 QR Code.

Endereço: Avenida Professor Doutor Zeferino Vaz, s/n
Campus da USP
Ribeirão Preto - SP CEP 14.040-903

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

- 5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, Acordo com o fabricante no mínimo de 75% da validade total do fabricante ou, no mínimo, 12 meses da entrega, quando aplicável, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante (12 meses) seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.7. As peças, reagentes, produtos químicos e meios de cultura que apresentarem vício ou defeito, contaminação, rompimento de lacre, recipiente no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.8. Uma vez notificado, o **CONTRATADO** realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo **CONTRATADO** ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do **CONTRATADO**, aceita pelo **CONTRATANTE**.
- 5.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do **CONTRATADO**.
- 5.11. A empresa responsável pelo transporte / entrega (do próprio fornecedor e ou contratado para o transporte / entrega) deverá possuir todas as licenças, registros e autorizações exigidas pelos órgãos fiscalizadores competentes para o transporte de produtos químicos controlados objeto deste pregão.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).
- 6.9. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).
- 6.10. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).
- 6.15. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

- 6.16. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).
- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

- 6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).
- 6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **07 (sete) dias**, a contar da notificação do **CONTRATADO**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal/Fatura relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

Liquidação

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;
- 7.10. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

Prazo de pagamento

- 7.12. O pagamento será efetuado no prazo não inferior a **28 (vinte e oito)** dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 e da [Portaria GR nº 8249/2023](#).
- 7.12.1. São condições para a liberação do pagamento:
- a) O recebimento definitivo do objeto;
 - b) A entrega da documentação fiscal completa;
 - c) A não existência de registro do **CONTRATADO** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº 53.455/2008.
- 7.13. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

- 7.13.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.
- 7.13.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.
- 7.14. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
- 7.15. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 7.16. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- 7.17. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

- 7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
- 7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.19.1. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 7.19.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.20. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** por grupo (quando os itens forem agrupados) e por itens (não inseridos em grupos específicos) .
- 8.2. Os valores propostos para cada item de qualquer grupo em específico em que o licitante estiver participando, em seus lances, deve **obrigatoriamente** considerar o valor máximo do item descrito no referencial, ou seja, o valor de cada item do grupo deve respeitar o valor de referência de forma individualizada e não exceder o valor referencial determinado para cada item.
- 8.3. Os valores totais propostos para cada grupo devem ser igual ou inferior à soma do referencial de cada item em particular sendo que nenhuma proposta para cada item do grupo possa superar seu preço referencial.

8.4.

ATENÇÃO

O valor de **cada item** do GRUPO não PODE EXCEDER o valor de **referência individual**;

E, conseqüentemente, o **Valor Total do GRUPO** seja igual ou inferior ao somatório dos valores referenciais de cada item.

Não será permitido e aceito extrapolar o valor referencial de um item no grupo em compensação e detrimento de preço de outro item do mesmo grupo como forma a compensar.

Todos os valores de referência devem ser respeitados.

Forma de fornecimento

- 8.5. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

- 8.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

Habilitação jurídica

- 8.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.11.1. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.13. Quaisquer documentos apresentados deverão estar atualizados e acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso.
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.19. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor.
- 8.23. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5018/2024, com adaptações conf. Parecer PG.P. 231/2024 (versão 26/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Pregão - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

- 8.24. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 8.24.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
- 8.24.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

Qualificação Técnica

- 8.25. Poderá ser exigido comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de equipamentos, bens, materiais de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.25.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante.
- 8.25.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.25.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

Participação de Cooperativas

- 8.26. Caso admitida a participação de **COOPERATIVAS**, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:
- 8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
 - 8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
 - 8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - 8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;
 - 8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
 - 8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
 - 8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 29.175,94 (vinte e nove mil cento e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Documento da Reserva 2968283/2026

Grupo Básico:	515 - Prog Inst de Apoio aos Novos Docentes da USP		
Dotação:	253020 / 2026		
Fonte Recurso:	Tesouro		
Elemento de Despesa:	339030	Material de Consumo	
Função:	12	Educação	
Programa:	364	Ensino Superior	
Subprograma:	4807	Ensino Superior no Estado de São Paulo	
Atividade:	5305	Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa nas Universidades e	

Documento da Reserva 2968330/2026

Grupo Básico:	0 - Básica		
Dotação:	72392 / 2026		
Fonte Recurso:	Tesouro		
Elemento de Despesa:	339030	Material de Consumo	
Função:	12	Educação	
Programa:	364	Ensino Superior	
Subprograma:	4807	Ensino Superior no Estado de São Paulo	
Atividade:	5305	Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa nas Universidades e	

Ribeirão Preto, 10 de junho de 2026.



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código MC9U-EQGZ-IF5H-ZCTZ no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/MC9U-EQGZ-IF5H-ZCTZ>

Zeki Naal

Nº USP: 63310

Data: 10/06/2026 09:21

Perfil assinante:: gestor de contrato

Janaina Artem Ataide

Nº USP: 7189525

Data: 10/06/2026 09:26

Perfil assinante:: gestora substituta de contrato



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP/USP

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto da USP

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação nossa Proposta Comercial, observada a descrição do objeto constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA do Edital da Concorrência nº 90008/2026 – FCFRP/USP

1. Identificação da empresa Licitante:

Nome da Empresa**:

CNPJ**:

Inscrição Estadual** e Municipal (se houver):

Endereço completo**:

Dados bancários junto ao **Banco do Brasil**** (Agência e Conta Corrente)

Telefone ativo com DDD**:

Site (opcional):

E-mail: (de uso corrente e acesso diário)**:

Nome do Representante**:

**** itens obrigatórios**

2. Proposta:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UN	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
NN	NNNNN	NN	unidade	R\$ NN.NNN,NN	R\$ NN.NNN,NN
NN	NNNNN	NN	unidade	R\$ NN.NNN,NN	R\$ NN.NNN,NN
NN	NNNNN	NN	unidade	R\$ NN.NNN,NN	R\$ NN.NNN,NN
NN	NNNNN	NN	unidade	R\$ NN.NNN,NN	R\$ NN.NNN,NN
				SUBTOTAL	R\$ NN.NNN,NN
				TOTAL	R\$ NN.NNN,NN

3. DAS DEMAIS CONDIÇÕES:

3.1. Validade da Proposta, Prazo de Entrega, Prazo de Pagamento, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.

3.2. Nos valores apresentados estão incluídos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado.

3.3. Dados bancários (**agência e conta-corrente do Banco do Brasil**)

Declaramos total concordância com os termos do Edital e seus anexos em referência e das condições da presente licitação.

[IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL]



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP/USP

ANEXO III – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

[IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL]



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP/USP

ANEXO IV

AVISO AOS LICITANTES: REGRAS PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL E ENTREGA DE BENS

A Administração Pública, em observância aos princípios da **legalidade, probidade administrativa e vinculação ao instrumento convocatório**, informa aos interessados que:

1. **Faturamento Direto:** Toda e qualquer mercadoria entregue em decorrência do contrato deverá estar obrigatoriamente acompanhada de **Nota Fiscal emitida pelo fornecedor contratado**, figurando como **destinatário exclusivo o órgão licitante** responsável pela contratação.
2. **Prática Proibida:** É terminantemente **proibida** a tentativa de entrega de mercadorias acompanhadas de Notas Fiscais de aquisição realizadas pelo fornecedor junto a terceiros, ou qualquer documento fiscal cujo destinatário constante não seja o órgão contratante.
3. **Recusa do Objeto:** O descumprimento desta regra implicará a **recusa imediata do recebimento do bem** pela fiscalização, uma vez que a nota fiscal deve atestar a execução fiel do contrato e a compatibilidade com a oferta.
4. **Sanções Administrativas:** A reincidência ou a recusa em regularizar a documentação fiscal poderá sujeitar a empresa contratada às sanções previstas no **Art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, que incluem **advertência, multa** e, dependendo da gravidade e do prejuízo à Administração, o **impedimento de licitar e contratar**.

A presente medida visa garantir a **rastreabilidade dos gastos públicos**, a correta liquidação da despesa e a integridade do processo de contratação.

CIENTE E DE ACORDO

[IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL]



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP/USP

ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

(redação dada pela Resolução nº 11/2021)

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO:

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s).
- e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

9. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – FCFRP/USP

LOCAL e DATA:**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**Pela CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código 3UD4-R25J-E1FQ-DIVC no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/3UD4-R25J-E1FQ-DIVC>

Sérgio de Albuquerque

Nº USP: 60957

Data: 11/06/2026 14:12

Perfil assinante:: Autoridade Competente